



# Interesse Público – IP

## Belo Horizonte, ano 17, n. 92, jul./ago. 2015

### Doutrina

#### Artigos

#### **Seção de Direito Administrativo, Constitucional, Previdenciário, Processual Civil e Ambiental**

- ◆ O Conselho Nacional de Justiça e a Constituição  
*Clèmerson Merlin Clève, Bruno Meneses Lorenzetto*
- ◆ Da insubmersibilidade dos desafios éticos da ciência moderna em face do Estado Constitucional Democrático: a (questão da) Kastration de condenados por delitos sexuais graves  
*Ney Fayet Júnior, Draiton Gonzaga de Souza*
- ◆ Os limites do decreto autônomo no direito brasileiro  
*Giovani da Silva Corralo, Joselaine Pereira*

#### **Doutrina Estrangeira**

- ◆ El ideario jurídico del profesor Juan Carlos Cassagne  
*Pedro José Jorge Coviello*

#### **Seção de Direito Tributário**

- ◆ A interpretação em matéria tributária  
*Paulo de Barros Carvalho*

#### **Seção de Direito Municipal**

- ◆ A política municipal de desenvolvimento e expansão urbana na zona costeira e a cooperação entre os entes federativos  
*Guadalupe Maria Jungers Abib de Almeida*

#### **Seção de Tribunais de Contas (Controle Externo)**

- ◆ A constitucionalização da carreira do procurador municipal – Função essencial e típica de estado  
*Cristiane da Costa Nery*

#### **Seção de Direito da Regulação**

- ◆ Dez anos da Lei nº 11.107/2005: avanços e incertezas em torno dos consórcios públicos  
*Marcos Fey Probst, Ubaldo Cesar Balthazar*

## **Seção de Estudos Jurídicos**

- ◆ A Emenda Constitucional nº 88: histórico, conteúdo e impactos no serviço público

*Luiz Alberto dos Santos*

## **Jurisprudência selecionada**

### **Acórdãos na Íntegra**

#### ◆ **Supremo Tribunal Federal**

ADI – Partilha de competência legislativa concorrente em matéria de educação (CRFB, art. 24, IX) – Lei Estadual de Santa Catarina que fixa número máximo de alunos em sala de aula – Ausência de usurpação de competência da União em matéria de normas gerais – Compreensão axiológica e pluralista do federalismo brasileiro (CRFB, art. 1º, V) – Necessidade de prestigiar iniciativas normativas regionais e locais sempre que não houver expressa e categórica interdição constitucional – Exercício regular da competência legislativa pelo Estado ao detalhar a previsão contida no artigo 25 da Lei nº 9.394/94 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) – Pedido julgado improcedente

#### ◆ **Superior Tribunal de Justiça**

Ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual – Seguro DPVAT – Defesa de interesses de beneficiários – Legitimidade ativa ad causam – Substituição de vítimas de acidentes de trânsito – Pagamento de diferenças atinentes à indenização securitária – Superveniência de julgamento de Recurso Extraordinário – Nova orientação do Supremo Tribunal Federal

#### ◆ **Superior Tribunal de Justiça**

Mandado de Segurança – Jornalismo – Exigência de diploma para o exercício da profissão – Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego que declarou a invalidez dos registros da CTPS – Não recepção do art. 4º, V, do Decreto-Lei nº 972/69 pelo STF – Controle de constitucionalidade difuso – Tese da transcendência da ratio decidendi da decisão constitucional típica do controle abstrato – Eficácia erga omnes – Direito líquido e certo

#### ◆ **Superior Tribunal de Justiça**

Administrativo – Constitucional – Precatórios – Administração da conta vinculada ao regime especial de pagamentos – Emenda Constitucional nº 62/2009 – Revigoração do regime pelo STF – Modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade – Determinação de relocação de recursos pelo presidente do Tribunal de Justiça – Possibilidade

#### ◆ **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**

Administrativo – Ensino superior – Universidade pública – Curso de pós-graduação latu sensu – Cobrança de taxa de matrícula e mensalidade – Cancelamento da inscrição do autor – Ilegalidade – Súmula Vinculante nº 12 – Devolução simples das parcelas quitada – Não incidência de dano moral

#### ◆ **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**

Ação civil pública – Hospital federal – Implementação de políticas públicas – Dotação orçamentária – Separação dos Poderes – Limites à discricionariedade – Direito a saúde – Intervenção do Judiciário em situações excepcionais – Fixação de

multa – Contratação temporária – Inocorrência de criação de cargos – Manutenção

**Ementário**

- ◆ Ação Civil Pública
- ◆ Administrativo
- ◆ Bem Público
- ◆ Concurso Público
- ◆ Constitucional
- ◆ Desapropriação
- ◆ Improbidade Administrativa
- ◆ Meio Ambiente
- ◆ Poder de Polícia
- ◆ Responsabilidade Civil
- ◆ Servidor Público
- ◆ Tributário